

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



Narrativas sobre práticas LGBTIQAPN+fobia e racismo no âmbito escolar de uma escola pública: reflexões sobre as normatizações discriminações silenciadas

Gilvania Oliveira Ferreira*¹, Maria de Fátima Araújo Di Gregorio¹

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

* 2024m0052@uesb.edu.br

Trabalhos completos – GT 02 – Etnia, Gênero e Diversidade sexual

RESUMO

O presente artigo apresenta narrativas advindas de vivências da primeira autora do trabalho sobre as suas escutas como professora de uma escola pública do interior da Bahia, com o propósito de construir reflexões perante a violência em relação às dissidências, gerando assim uma onda de racismo e LGBTIQAPN+fobia na escola, a exemplo da lesbofobia contra alunas, casos de homofobia e racismo presentes e os espantos e silenciamentos de muitos. O intuito do artigo é pensar à luz de autores(as) e pelas narrações, as ações e falas na escola silenciada e respeitar a diferença, sendo preciso refletir sobre os(as) professores(as) em sua formação inicial e continuada e como esses tem lidado com questões de racismo e sexualidades dissidentes, fazendo destas temáticas um ambiente mais seguro, inclusivo, acolhedor.

Palavras chave: Diversidade de gênero e sexual. Escola Pública. Relações étnico-raciais.

Introdução

O presente artigo foi construído por meio de acontecimentos vivenciados pela primeira autora do texto, como educadora de escola pública no município de Irajuba/Bahia, quando leciona há anos em uma escola do ensino fundamental, anos finais. Durante esses anos, um grande incômodo ao se deparar com situações referentes à produção de racismo e LGBTIQAPN+fobia na escola, culminando com estudos no PPGREC.

Ao narrar sobre as vivências, há o propósito de trazer reflexões perante em relação às sexualidades dissidentes e os episódios de racismo com alunos (as) que fogem ao que é considerado hegemonicamente como normal.

Portanto, reflexões sobre identidades LGBTIQAPN+ são facilmente apagadas e invisibilizadas e em relação às normatizações de gênero, na escola, as crianças são orientadas desde muito cedo a realizarem “coisas de menino e

XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



coisas de menina”, determinando assim onde cada um (a) deve estar (Silva; Guimarães, 2023).

Essas normatizações de gênero estão notoriamente no espaço escolar e vêm reiterando que a heterossexualidade é a única forma sadia de viver, não sendo pensada como produção, mas como algo dado antes do nascimento, o que demanda reflexões sobre falas presentes nas escolas e em famílias. Nesta perspectiva, as mulheres devem se relacionar afetiva e sexualmente apenas com homens e homens apenas com mulheres para a reiteração da heteronormatividade.

As pessoas que se arriscam a sair do armário, transgredindo as normas e que se identificam como LBTTQIAPN+ sofrem várias formas de violência no espaço escolar por conta do heterossexismo (Souza; Santos; Santos, 2015). E se uma pessoa LGBT é impedida de relatar suas angústias nas escolas ou em qualquer outro lugar, taxativamente é desprezada e sofre ameaças, o que se entende aqui como LBTTQIAPN+fobia, negando ou desacreditando das lutas sociais das pessoas LBTTQIAPN+ (Torres et al., 2020).

Caminho metodológico

Como percurso metodológico, são apresentadas narrativas autobiográficas da primeira autora do texto, experiências oriundas de sua jornada acadêmica como professora e ao optar pelo registro dessas narrativas, apresenta acontecimentos que a motivaram a sair desse lugar de telespectadora e pensar em sua formação como uma professora, mulher de postura antirracista e antilgbttqiapn+fóbica.

Este caminho foi escolhido, pois as narrativas podem mobilizar as mudanças de posturas pelas reflexões, questionando os silenciamentos que ainda acontecem na escola.

Nessa escolha metodológica das narrativas, as experiências que Clandinin e Connelly (2015) destacam ser a investigadora narrativa como aquela que deve centrar sua atenção na experiência, utilizando uma perspectiva tridimensional

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



para alcançar uma compreensão mais ampla dos eventos. Esse espaço tridimensional é formado pela vivência da pesquisadora, pela interação com as participantes da pesquisa e pelo contexto ambiental em que ambos(as) estão inseridos(as).

Desta forma, na próxima seção, apresentaremos algumas narrativas vivenciadas pela primeira autora e realizaremos análises tendo como base as referências do campo dos estudos de gênero, sexualidade e das relações étnico-raciais.

1ª Reflexão: Narrativas de uma professora negra estigmatizada que leciona em uma escola pública:

Sou uma mulher de matriz negra, por muitos considerada parda, cabelos finos e ondulados, “traços finos”. Meu avô me dizia que eu era cabocla, uma mistura de negro com indígenas e ciganos. Quando criança meus cabelos eram bem lisos, fazendo com que eu demorasse muito para me reconhecer como mulher negra. Quando criança morava na roça e não me dei conta de quantas vezes tive que caminhar 4 km para chegar até a escola e mais 4 km para retornar para casa. Essas dificuldades só me inspiraram a continuar a não desistir. Eu sabia que só mudaria a minha vida se eu estudasse.

A professora fala que começou a vida acadêmica muito cedo, em programas de alfabetização e que, aos 17 anos, já trabalhava na prefeitura da cidade em que resido até hoje. Continua:

Eu me formei no magistério em 2001, me efetivei por meio de concurso público em 2005 e assim, ao longo desses anos, venho construindo uma trajetória de amizade, carinho e muito respeito com os (as) meus (minhas) alunos (as).

Sou licenciada em Biologia, porém, minha carga horária sempre foi distribuída em maior parte em Língua Portuguesa. Sou apaixonada pela minha profissão, me sinto triste ao ver as dificuldades que meus (minhas) colegas passamos no Brasil como um todo, mas não mudaria de profissão. Passei algum tempo como orientadora de estudos, como coordenadora pedagógica, mas já tem alguns anos que estou em sala de aula e, até então, não pretendo sair.

XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



No cotidiano profissional da primeira autora, são muitas as suas inquietações. Para além de tomar o cafezinho, a sala das(os) professoras(es) é o local de colocar os assuntos em dia, de desabafar algumas angústias, da conversa descontraída, mas o assunto principal que permeia esses diálogos são os problemas e dificuldades encontradas nessa árdua tarefa que é educar a diversidade.

Tem sido comum ver professores (as) colocando a culpa dos problemas da educação nas famílias negras como desestruturadas e, ao longo da experiência profissional, percepções sobre famílias vistas e narradas como diferentes apesar de serem compostas por pai/mãe ou filhos (as). Famílias de negros (as), LGBTQIAPN+ são evidenciadas e estigmatizadas na escola, no dia a dia pelos discursos, olhares. Mas, o que fazer para mudar tal situação?

Sem saber me posicionar diante das situações de violência, por vezes pude escutar professores (as) conversando sobre o “mau” comportamento de algumas meninas. A fala era assim: “Essas meninas estão um caso sério, ficam todas se pegando, num agarramento, tudo com fogo devido à fulana”! Outros continuavam: “Se não tomar providência, vai colocar a escola inteira a perder”.

Orlandi (2013) mostra que a postura prevista em determinados locais é o silenciamento. Então, temos aí o acordo social regendo as ações do sujeito individual perante as regras da sociedade. Essas falas mostram que a escola parece ser silenciada por não estar preparada para lidar com as diferenças, sendo espaço destinado à reprodução de padrões e valores hegemônicos colonizadores. É importante, sair desse lugar para que esses (as) alunos (as) deixem de ser silenciados (as) e invisibilizados (as), uma vez que essas violências ultrapassam os muros da escola, mas nela encontra facilmente lugar para ser reproduzirem (Bento, 2011).

2ª Reflexão: Narrativas de uma professora “Aquele viado do cabelo de bicho, só podia ser preto”

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



Diante de todas as situações, teve a fala de uma colega que me fez buscar por formação continuada para obter respostas, pois estava me sentindo culpada por não saber agir diante das violências vivenciadas. No início de 2023, estávamos na sala dos (das) professores (as) quando uma colega citou um fato sobre um colega de profissão que leciona em outra escola. Uma das pessoas que estava na sala demonstrou não saber quem era o colega e, para “explicar”, uma professora gritou: “... Aquele viado do cabelo de bicho, só podia ser preto”!

Todas as pessoas, inclusive eu, ficamos caladas diante daquelas terríveis palavras. Nesse momento, foi nítido que a homofobia e o racismo faziam parte daquele ambiente. E outros (as) professores (as) que não pensam, nem agem dessa maneira, sentem-se silenciados (as). Rancière (2011, p 47) alerta que há uma ignorância do mestre:

O pensamento não é um atributo da substância pensante, mas um atributo da humanidade. Para transformar o ‘conhece-te a ti mesmo’ em princípio da emancipação de todo ser humano, é preciso fazer operar, contra o interdito platônico, uma das etimologias da fantasia de Crátilo: o homem, o antropos, é o ser que examina o que vê, que se conhece nessa reflexão sobre seu ato. Toda a prática do Ensino Universal se resume na questão: o que pensas disso? Todo seu poder está na consciência da emancipação que ela atualiza no mestre, e suscita no aluno (Rancière, 2011, p. 47).

Para o autor, o trabalho do mestre, portanto, é manter a atenção naquilo que vai dizer, fazer. Toda ação é para que não se recuse a aprender e deve prestar atenção ao que faz. Sobre esse assunto Santos Junior e Souza (2023) afirmam que temas como raça, gênero e sexualidade, que afetam diretamente os indivíduos da comunidade escolar, têm sido marginalizados pelos currículos e em aulas.

Sobretudo, muitas escolas não oferecem um currículo adequado, dificultando discussões abertas e saudáveis entre alunos e educadores. Alunos que se identificam como LGBTQIAPN+ na maioria das vezes sofrem bullying, exclusão e discriminação. Essa exclusão é evidente e a ausência dessas questões pode ter como resposta a ignorância ou formação que Rancière (2011) fala do cotidiano escolar, onde se evita problematizar as violências enfrentadas diariamente no ambiente escolar pelo desconhecimento e medo de avançar. Ao ignorar essas

XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



realidades, as escolas e os professores falham em formar sujeitos morais capazes de desenvolver uma cultura que valorize as diferenças, pautada no cuidado com a vida e no reconhecimento ao bem-estar do próximo.

Além disso, as escolas não têm sido espaços seguros para muitos alunos e muitas alunas, bem como para professores e professoras. Em muitos casos, a cidadania plena não é garantida a todos (as) nessas instituições, já que esses indivíduos não se encontram devidamente protegidos nas relações que se desenvolvem no contexto escolar.

Essas atitudes, ameaças e resistências estão profundamente entrelaçadas com relações de poder. Foucault (1988, p. 81) destaca que, em relação à sexualidade, o poder nunca se manifesta de forma positiva, sendo sempre exercido por meio de rejeição, exclusão, recusa, barreiras ou disfarce.

3ª Reflexão: Estamos pegando meninas!

No primeiro semestre de 2024, em uma de minhas aulas numa determinada turma, enquanto corrigia uma atividade na lousa, ouvi um grupo de quatro ou cinco meninas comentarem sobre sexualidade e diziam que estavam “pegando” meninas, que não gostavam de meninos. Nesse momento eu quis fazer parte da conversa dessas meninas, pedindo que elas me contassem melhor o que eu tinha ouvido. Ao longo desses anos, podem-se presenciar inúmeros episódios de preconceito e fobia. As meninas não podem ter uma crise de ansiedade, os meninos não podem chorar, ou um professor não pode fugir dos padrões cisheteronormativos.

As primeiras meninas me pediram para que eu não as evidenciasse e delatasse às suas famílias, pois elas já haviam sido ameaçadas por outros colegas, além disso, um certo professor disse que, caso um filho dele ficasse “viadagem”, ele o mataria com uma surra de pau. Elas também disseram que, outra vez, uma professora disse-lhes que toda aquela “agarrão” dentro da escola era muito feio, que elas estavam de modismo e que não tinham idade para saber o que queriam. Elas sentiram que os (as) professores (as) estavam sendo lesbofóbicos (as).

XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



Elas me relataram que não era modinha e uma delas ressaltou que amava uma colega e que nunca se sentiu atraída por meninos. Contudo, as pessoas, especialmente as (os) professores (as), as rejeitam, não sabem lidar com as diferenças na escola, um lugar ainda muito preconceituoso.

Durante esse tempo, pude observar que não é apenas os (as) estudantes que sofrem violências, qualquer pessoa, incluindo docentes e funcionários (as) dissidentes da cisheteronormatividade são discriminados (as). O exemplo disso foi professor negro e gay, citado anteriormente. Além disso, também ocorrem comentários LGBTTIAPN+fóbicos contra a cuidadora de um aluno cadeirante.

Ela cuida muito bem dele, mas para alguns (algumas) colegas, ela tem um "defeito", por ser lésbica. Ela tem o cabelo bem curto, gosta de usar shorts largos e blusas grandes. Ela tem uma relação de grande amizade com os (as) alunos (as) e, principalmente, as alunas. Na sala dos (as) professores (as), as (os) colegas já tecem comentários dizendo que ela paquera as meninas e que estas estão apaixonadas por ela. Alguns (algumas) colegas veem isso como um absurdo e ressaltam que, depois dela ter chegado à escola, as meninas vivem indo para diretoria, chorando e com crise de ansiedade, culpabilizando esta cuidadora.

Braga, Caetano e Ribeiro (2018) argumentam que o conceito de lesbofobia é crucial, pois o uso exclusivo de "homofobia" pode não capturar as especificidades e as formas mais sutis de opressão que a heteronormatividade impõe a outras dissidências, como as lésbicas. Da mesma forma, travestis e pessoas trans enfrentam violência particular, como a transfobia, que também demanda atenção.

Verificamos que existe no silêncio dos sujeitos que ouvem e como uma tendência parcial, política-ideológica, que somente fica evidenciada através dessas narrativas que de outra forma fora da normatividade determinada, tornaria explicitamente arbitrária e imoral.

Bento (2011) traz uma leitura dos silenciamentos partindo da ideia do heteroterrorismo pedagógico resultante na transformação da escola em um

XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



espaço de terror, produzindo uma pedagogia do insulto e da violência, levando a vítima a um processo de esvaziamento de sua identidade.

Junqueira (2013) destaca que a escola, por meio de suas regras, rotinas, práticas e valores, desempenha um papel essencial no processo de normalização e ajuste à heteronormatividade, marginalizando indivíduos, conhecimentos e comportamentos que se desviam da matriz heterossexual. Nesse contexto, o heterossexismo e a homofobia podem manifestar-se de maneira sutil ou explícita em todos os espaços escolares (Junqueira, 2013).

Pessoas identificadas como dissidentes das normas de gênero ou da matriz heterossexual tornam-se alvos de uma "pedagogia da sexualidade" (LOURO, 2018), muitas vezes expressa através de uma "pedagogia do insulto". Isso se manifesta em forma de piadas, brincadeiras, apelidos, ridicularizações e insinuações, bem como em expressões desqualificantes e desumanizantes. A discriminação, os insultos, o constrangimento e até mesmo agressões físicas ou verbais são frequentes no cotidiano escolar, onde, desde cedo, muitos indivíduos estão sujeitos a estratégias de poder e a sistemas de controle e vigilância.

Algumas reflexões...

Em vista disso, estas narrativas tiveram o propósito de trazer reflexões perante a violência no âmbito escolar sobre as sexualidades dissidentes e os episódios de racismo que vivencio como professora de escola pública. Para boa parte do corpo docente, não são situações de violência, mas passíveis de correção e normatização. Decerto, é necessário que todas as escolas recebam orientações para garantir esse processo, porém não podemos esquecer que documentos norteadores da educação como o Documento Curricular Referencial da (Bahia 2019), vêm trazendo em temas integradores da Educação para a Diversidade: Educação para as relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação das Relações Étnico-raciais e, mesmo assim, não se vê efetivação no ambiente escolar, porque o documento de referência de muitas unidades

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16A20
NOVEMBRO
DE 2024



escolares é a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) que não traz estas orientações, mas há o que Orlandi (2013) pontua de silenciamento:

Finalmente, se a reflexão sobre o silêncio nos mostra a complexidade da análise de discurso, já que por ela podemos nos debruçar sobre os efeitos contraditórios da produção de sentidos na relação entre o não-dizer, essa reflexão nos ensina também que, embora seja preciso que haja sentido para produzir sentidos (falamos com palavras que já têm sentidos), estes não estão nunca completamente já lá. Eles podem chegar de qualquer lugar e eles se movem e se desdobram em outros sentidos (ORLANDI, 2013, p. 24).

Além desses silenciamentos, há as indiferenças presentes em grande parte das escolas e os que lutam vêm enfrentando resistências e ameaças externas por parte de grupos conservadores fundamentalistas, pessoas que não aceitam a inclusão de assuntos sobre as sexualidades dissidentes, criando também um clima de medo e insegurança para abordar tais assuntos, excluindo cada vez mais. Inclusive há professores que defendem a inclusão dessas temáticas, mas não se sentem preparados (as) para argumentações mais sólidas pela formação inicial e continua que é defasada.

Assim, enquanto não houver políticas públicas que efetivem de maneira consistente a formação inicial e continuada para professores (as) no intuito de garantir o reconhecimento das diversidades, não se avança nos estudos de raça, de classe, de sexualidade na escola e esta não consegue mudar a realidade e os silenciamentos e a ideia de patologização de pessoas.

Referências

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRAGA, Keith Daiani da Silva; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Lesbianidades e Educação: interrogando a produção acadêmica**. Cad. Pesq., São Luís, v. 25, n. 3, p.127-145, jul./set. 2018.

XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20
NOVEMBRO
DE 2024



CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa:** experiências e histórias na pesquisa qualitativa. 2. ed. tradução grupo de pesquisa narrativa e educação de professores. Uberlândia: UDUFU, 2015. 250 p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Autêntica, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A educação frente à diferença/diversidade sexual. **Educ. Teoria Prática**, p. 162-181, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6ª ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacque. **O mestre ignorante:** Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. Lilian do Valle. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SANTOS JUNIOR, A.C; SOUZA, E.C. Viado na escola: racismo e homofobia em trajetórias de vida-formação de professores negros. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 15, n. 36, p. 57-70, set./dez. 2023.

SILVA, Daniela Lopes; GUIMARÃES, Edite da Glória Amorim. Gênero e diversidade sexual no contexto escolar. **Pergaminho**, v. 14, p. 08-22, 2023.

SOUZA, M. L. de; SANTOS, F. F. dos; SANTOS, B. R. L. dos. Desestabilizando as ideias sobre diversidade de gênero e sexual em uma turma de EJA: análise de uma experiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2016. DOI: 10.14393/REPOD-v4n2a2015-34556. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/34556>. Acesso em: 16 set. 2024.

TORRES, Marco Antônio; SARAIVA, Izabella Marina Martinho; GONZAGA, Rubens Modesto. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250049, 2020.